

Ex-parlamentares confiam no aproveitamento

Os ex-parlamentares que participam do esforço concentrado da Comissão Afonso Arinos, elaborando o texto final de alguns capítulos da proposta de Constituição, são otimistas em relação ao aproveitamento do seu trabalho pela Constituinte. Sem exceção, os sete ex-parlamentares presentes à reunião, de Itaipava são muito influentes na Comissão e a experiência que eles adquiriram na prática parlamentar lhes assegura facilidades para fazer prevalecer seus pontos-de-vista.

No meio da tarde de ontem, após participar de longa reunião plenária e de outra com pequeno grupo que estudavam maneiras de fazer a Comissão trabalhar mais rápido, o seu Presidente, professor Afonso Arinos, afirmou não ter a menor dúvida de que os Constituintes vão aproveitar o trabalho. "Vão aproveitar sim, e muito satisfeitos, porque serão poupados do trabalho que nós estamos tendo".

Edgar da Mata-Machado, o único dos ex-parlamentares a dizer que

não tem "nenhuma segurança do acolhimento das sugestões pela Constituinte", acrescentou: "O que se pode esperar é só que o nosso enorme trabalho, iniciado em setembro do ano passado e que decorre de nomeação do Poder Executivo,

**“O eleitor poderá
selecionar candidatos
que aprovem as idéias
aquí surgidas.”**

MARIO MARTINS

seja de algum modo útil à elaboração de nossa lei fundamental".

Para o ex-Deputado Ferro Costa, "é um dever aproveitar a nossa proposta, porque o trabalho é técnico e feito com seriedade". Além disso, argumenta: "Historicamente, todas as Constituintes foram feitas a partir de um anteprojeto semelhante ao que a Comissão está preparando". O ex-Deputado José Meira reforça a

tese lembrando que os estudos da Comissão Arinos foram antecedidos do exame de 10 mil sugestões remetidas à comissão por colaboradores de todo o País, coordenadas através de processo eletrônico.

O ex-Senador Mário Martins vai mais longe: ele considera o texto da Comissão como um elenco de princípios que servirão de referência para os eleitores escolherem os candidatos em novembro, o que implicará, na sua opinião, compromisso dos constitucionais com a proposta Arinos.

Josaphat Marinho, ex-Senador, tem a mesma opinião, baseado na circunstância de a minuta refletir a média do ideário dos eleitores que elegeram os constituintes, e esses, conseqüentemente, não deixariam de aproveitá-lo. O ex-Deputado Laerte Vieira acredita que, na parte política, a Constituinte poderá até ignorar as sugestões da Comissão, mas no geral acolherá a proposta. "Em matéria de princípios básicos, está havendo o cuidado de se englobar o que a média nacional deseja".

Roberto Campos: novas propostas

SÃO PAULO — A nova Constituição brasileira deve contar com dispositivos que assegurem a mais ampla liberdade de produzir, sem intervenção estatal, e descentralizem a administração. Essas propostas serão apresentadas à Constituinte pelo Senador Roberto Campos (PDS-MT) e foram reveladas ontem durante palestra sobre "aspectos institucionais da inflação", promovida pela empresa de consultoria Monvalle.

De acordo com a proposta do Senador, a liberdade de produzir se traduz na eliminação de órgãos como a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Secretaria Especial de Informática (SEI), que, segundo ele, "controlam e interferem na iniciativa privada".

No que se refere à descentralização administrativa, Roberto Campos sugerirá a privatização da maioria das empresas estatais e também das autarquias. As formas de privatização seriam aplicadas através da distribuição de ações equivalentes ao valor das devoluções do Imposto de Renda, entre outras medidas.